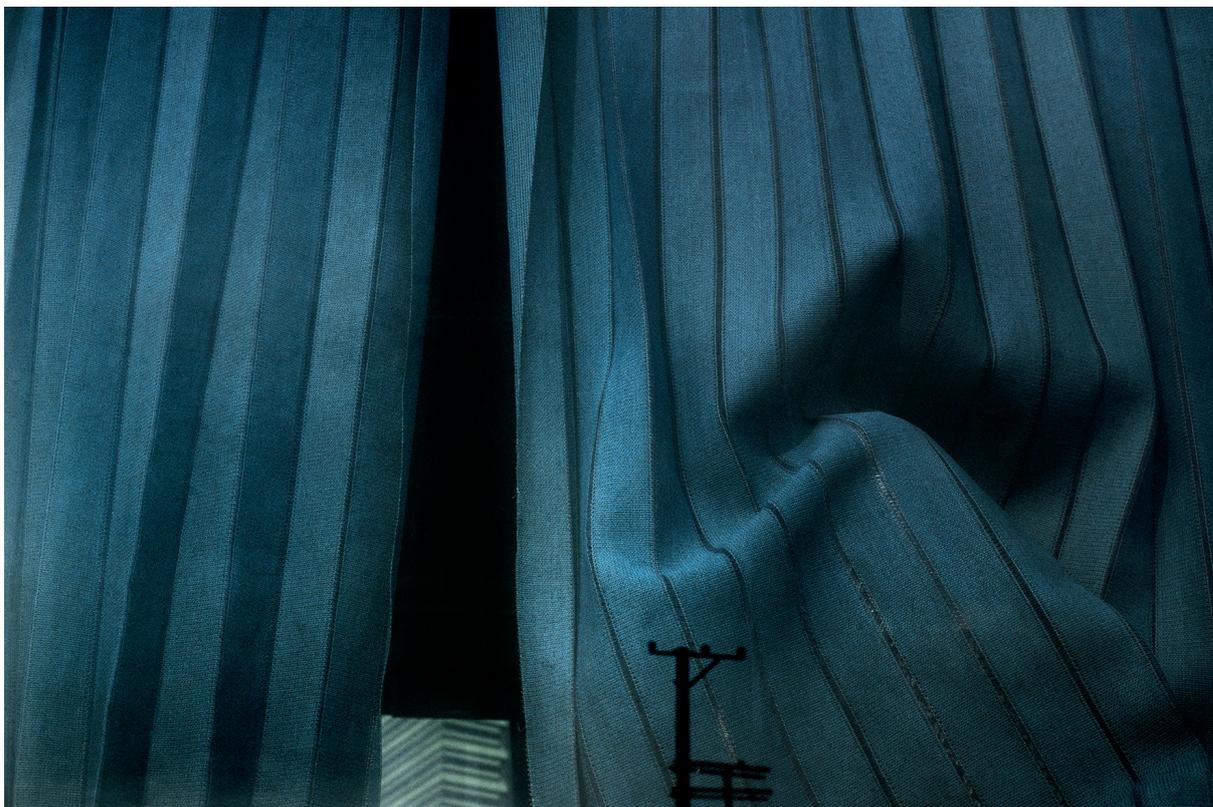




FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 1 de junho de 2019



Orientalism and Reverse | 2015 | [Tatiana Macedo](#) (cortesia da artista)

“DOMÉSTICAS INSUBMISSAS”: PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES EM NOVA YORK

[Alexandra Reza](#)

O artigo de Saidiya Hartman, “The Anarchy of Colored Girls Assembled in a Riotous Manner” (2018), oferece uma “história especulativa” (1) de Esther Brown, uma mulher negra que viveu em Nova York nas primeiras décadas do século XX. Hartman procura entender a vida “selvagem e desobediente” (469) de Esther Brown: como e por que razão o Estado a encarcerou e qual o significado dos gritos coletivos em que participou na prisão. Essas “revoltas sonoras” (481) clamavam contra a violência gratuita exercida pelas guardas prisionais brancas sobre as prisioneiras. Os jornais relataram as greves em termos



“DOMÉSTICAS INSUBMISSAS”:
PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DE
MULHERES EM NOVA YORK

desdenhosos. O *New York Times* escreveu: “O barulho era ensurdecedor. Quase todas as janelas [...] estavam cheias de mulheres negras que gritavam, zangadas e rindo histericamente” (481).

A pesquisa de Hartman baseia-se nos Arquivos de Casos de Prisioneiros do estabelecimento penitenciário de Bedford Hills, disponíveis para a consulta nos Arquivos do Estado de Nova York. O estabelecimento tinha extensas anotações sobre as prisioneiras, incluindo entrevistas pessoais, histórias familiares, entrevistas com vizinhos, empregadores e professores, testes psicológicos, exames físicos, testes psicotécnicos de inteligência, relatórios de assistentes sociais, bem como relatórios oficiais sobre liberdade condicional, relatórios escolares, cartas de antigos empregadores, e outros registos do Estado (de escolas a orfanatos).

Para cada caso, os serviços de informação do estabelecimento tinham um dossier tentando assim “produzir um conhecimento profundo do ‘indivíduo’ detido” (486). Muitas mulheres recebiam sentenças “indeterminadas” e a ideia era que as instalações prisionais que as recebiam adequassem ou até determinassem a pena a cumprir, estabelecida caso a caso. Isso significava que as mulheres jovens eram muitas vezes aprisionadas e vigiadas durante anos, numa enorme desproporção relativamente aos “crimes” de que eram acusadas de ter cometido. Por exemplo, “Ficar fora a noite toda a dançar com amigos ou roubar dois dólares para comprar um vestido novo para poder atuar em palco eram causas suficientes” (482), escreve Hartman sobre o caso de uma mulher. Estes dossiers contêm “correspondência pessoal, discussões sobre história sexual, experiências de vida, informações sobre o passado familiar, passatempos, bem como poemas e peças de teatro escritas pelas prisioneiras”. Hartman sugere que “estes arquivos, extremamente detalhados, combinavam investigação sociológica com ficção literária” (486).

Muitos estudiosos enfatizaram os problemas relativos ao uso dos arquivos secretos do Estado para entender as vidas dos seus cidadãos. Estas fontes são extremamente problemáticas, pois reconstruir uma história de vida a partir do olhar de um arquivo destes significa, em alguns sentidos, legitimar a sua versão (2). Nesse sentido, um dos muitos méritos da intervenção de Hartman é de cariz metodológico. Genericamente, o arquivo era um produto do “estado terapêutico” (486), que combinava uma “hermenêutica da suspeita” (culpa assumida) com um “horizonte de reformas” (486). Por seu turno, Hartman lê o arquivo como um modo de acesso a visões não conseguidas de outros mundos “que garantiriam a todo ser humano livre acesso à terra e pleno usufruto das necessidades da vida, de



acordo com os desejos, os gostos e as inclinações individuais” (471, ênfase original). Neste sentido, este artigo baseia-se no trabalho anterior de Hartman que demanda – e muitas vezes demonstra – como é possível recorrer aos arquivos coloniais e neocoloniais para ultrapassar os seus próprios limites e os seus silêncios.

Hartman não é uma historiadora; é uma crítica literária e uma escritora cuja história “especulativa” (486) rejeita uma historiografia puramente empírica. De facto, uma história empírica seria incapaz de contar a história de Esther Brown no Tribunal de Mulheres, uma vez que o tribunal não tinha nenhum júri, não produziu nenhum registo escrito dos eventos, não exigiu prova, não foram consideradas as intenções da acusada nem mesmo se exigiu a prova de um ato criminoso. Bastou a palavra de um polícia” (472). O encarceramento de mulheres como Esther Brown baseou-se na profecia policial da “probabilidade de futura criminalidade” (472, ênfase original) ao invés da evidência. Pouco há também a acrescentar em relação aos ataques sonoros posteriores. Apenas uma mulher negra foi citada nas reportagens dos jornais. As declarações das guardas prisionais – que Hartman descreve como “um bandido de saias” (482) – omitiram muita coisa: o enforcamento das detidas, penduradas nos tetos das suas celas, os espancamentos e a administração do “tratamento de água” (479). O método especulativo de Hartman coloca no centro da investigação histórias de opressão e de resistência criativa de mulheres (principalmente negras) que os arquivos oficiais deixam muito parcialmente visíveis. O seu trabalho demonstra, como sublinha Édouard Glissant, que “a história como experiência vivida não é um assunto que diga respeito apenas aos historiadores” (3).

A abordagem de Hartman revela-nos as possibilidades que arquivos desadequados podem gerar, a partir de uma abordagem centrada na interpretação. Isto é, Hartman não reduz a sua leitura a mostrar que Esther Brown foi esquecida, e que “ninguém se lembra da noite em que ela e suas amigas fizeram um inferno na rua 32” (467). Na sua abordagem, mostra também que o entendimento da vida, da história e do potencial de insurreição e de luta destas “domésticas insubmissas” (466) foi entendido como um mau comportamento e não como uma ação de resistência. As suas vidas “permaneceram silenciadas porque ninguém poderia imaginar jovens negras como visionárias sociais, pensadoras radicais e inovadoras no mundo e no tempo em que esses atos tiveram lugar” (470-471). Neste aspeto é central o entendimento alargado que Hartman propõe sobre as várias formas em que o pensamento social, político e estético se pode manifestar. Esther Brown não elaborou o seu trabalho e a sua luta sob a forma de Teoria Política ou de um “poema ou música ou pintura” (469). Esther Brown estava



“sequiosa de beleza” (469), mas a sua demanda por uma estética era inseparável dos “desafios da sobrevivência” (469), isto é, “o objetivo era fazer uma arte de subsistência [...] E o que criou foi Esther Brown” (469).

No seu artigo anterior “Venus in Two Acts”, Hartman defendeu a necessidade de descrever “o mais amplamente possível as condições que determinam a presença” de mulheres no arquivo empírico, e as condições que “determinam o [seu] silêncio” (4). “The Anarchy of Colored Girls Assembled in a Riotous Manner” retoma a questão da voz e do silêncio, lendo as manifestações sonoras de 1917-19 nas prisões do Estado de Nova York como a expressão de uma “filosofia da liberdade” (469). Na interpretação de Hartman, estas “revoltas sonoras” (481) não são apenas barulho, não são apenas “vaia de assobios, furacões de gritos, ciclones de raiva, tornados de tempestades” (486). São um enunciado coletivo que comporta esperanças e medos; amor e decepção; desejo e indignação. O trabalho de Hartman “é um esforço para narrar a rebelião aberta e a bela protagonizada e produzida por mulheres jovens num gueto emergente” (470).

O trabalho de Hartman ajuda-nos a entender as profecias policiais de hoje (5) e os cercos raciais dos Estados Unidos: ou seja, ajuda-nos a entender como a “plantação não foi abolida, mas transformada” (476). Embora a sua análise não possa ser transposta para outros tempos e lugares, enraizada que está na Nova York de 1910, as suas leituras e as intuições que nelas lança ultrapassam de longe o seu contexto específico. Hartman oferece novas pistas metodológicas para a crítica literária que trabalham com arquivos e mostra-nos como os estudos literários podem usufruir do conhecimento de vidas de mulheres rebeldes como Esther Brown para ampliar o seu entendimento e interpretação das práticas criativas. Ler Hartman hoje recorda-nos a importância e o imperativo político que temos de interrogar no que diz respeito aos espaços e às estruturas de opressão, de aprisionamento e de conformismo a partir da perspectiva – especulativa se necessário – daqueles/as que neles resistem.

(1) Saidiya Hartman, ‘The Anarchy of Colored Girls Assembled in a Riotous Manner’, *The South Atlantic Quarterly* 117:3, Julho 2018, pp.465-90, p.470. O artigo de Hartman, publicado no ano passado, foi republicado como capítulo no seu livro *Wayward Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Social Upheaval* (New York : W.W. Norton & Company, 2019). As páginas das citações de este texto serão indicadas, no corpo do texto, entre parêntesis.

(2) No contexto português, por exemplo, Paulo Lara coloca a questão de utilizar arquivos da PIDE, in Paulo Lara, “O



“DOMÉSTICAS INSUBMISSAS”:
PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA DE
MULHERES EM NOVA YORK

‘Bando de Neto’ visto pela PIDE/DGS & Carlos Pacheco. A propósito de uma inquisição ao nacionalismo angolano”, *Novo Jornal* 442 (29 July 2016), 14-7.

(3) Édouard Glissant, *Le Discours antillais* (Paris: Éd. du Seuil, 1981), p.133. (« l’histoire en tant que vécu [...] [n’est] pas l’affaire des seuls historiens »).

(4) Hartman, “Venus in Two Acts”, p. 1.

(5) Hartman menciona o “Manner of walking offences the United States police used in Ferguson” (472).

Tradução de **Margarida Calafate Ribeiro**

Alexandra Reza é Investigadora Júnior no Trinity College da Universidade de Oxford. A sua tese de doutoramento aborda as ligações entre duas revistas publicadas na Europa por escritores africanos: *Présence Africaine*, lançada em Paris em 1947, e *Mensagem*, publicada de 1948 a 1964, em Lisboa. Baseada em intenso trabalho de arquivo, esta abordagem dos estudos literários pós-coloniais procura entender estes espaços transnacionais, histórica e geograficamente distantes e conectados, revelando novas ideias que nos permitem compreender a densidade de relações entre literatura, cultura e política.

MEMOIRS é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

